

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-00007265.989.22-8

Processo Principal: TC-00004330.989.22-9 (Processo de Contas 2022)

Órgão: Prefeitura Municipal de Americana (CNPJ nº 45.781.176/0001-66)

Responsável: Francisco Antonio Sardielli – Prefeito

Assunto: I Fiscalização Ordenada 2022 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – evento 12

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da I Fiscalização Ordenada, dedicada a verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010 (evento 12), para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-007210.989.22-4

Proc. Principal: TC-004194.989.22-4

Órgão: Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora

Responsável: Mathews Marum de Campos (Prefeito)

Matéria: Fiscalizações Ordenadas – Contas Municipais

Em exame: I Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos Exercício: 2022

Advogada: Anny Caroline de Figueiredo Araújo (OAB/SP nº 356.627)

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, notifico a origem para que tome ciência do relatório da 1ª Fiscalização Ordenada (evento 11), destinada a verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-007075.989.22-8

Proc. Principal: TC-004124.989.22-9

Órgão: Prefeitura Municipal de Dobras

Responsável: Antonio Carlos de Mattos Santos (Prefeito)

Matéria: Fiscalizações Ordenadas – Contas Municipais

Em exame: I Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos Exercício: 2022

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, notifico a origem para que tome ciência do relatório da 1ª Fiscalização Ordenada (evento 10), destinada a verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-007255.989.22-0

Processo Principal: TC-004133.989.22-8

Órgão: Prefeitura Municipal de Hortolândia

Advogada: Natalia Scarano da Silva Cerqueira (OAB/SP nº 186.359)

Responsável: José Nazareno Zezé Gomes

Matéria: I Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos Exercício: 2022

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da 1ª Fiscalização Ordenada, dedicada à verificação do cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (evento n. 11), para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-006974.989.22-0

Proc. Principal: TC-004369.989.22-3

Órgão: Prefeitura Municipal de Suzano

Responsável: Rodrigo Kenji de Souza Aschiuchi (Prefeito)

Matéria: Fiscalizações Ordenadas – Contas Municipais

Em exame: I Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos Exercício: 2022

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, notifico a origem para que tome ciência do relatório da 1ª Fiscalização Ordenada (evento 12), destinada a verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-007243.989.22-5

Processo Principal: TC-004246.989.22-2 (Processo de Contas 2022)

Órgão: Prefeitura Municipal de Garça (CNPJ nº 44.518.371/0001-35)

Responsável: João Carlos dos Santos

Em exame: I Fiscalização Ordenada 2022 - Resíduos Sólidos (evento 12)

Com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da I Fiscalização Ordenada de 2022, dedicada à verificação do cumprimento, pelos municípios paulistas, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (evento 12), para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-00007116.989.22-9

Processo Principal: TC-00004089.989.22-2 (Processo de Contas 2022)

Órgão: Prefeitura Municipal de Álvares Machado (CNPJ nº 43.206.424/0001-10)

Responsável: Roger Fernandes Gasques – Prefeito

Assunto: I Fiscalização Ordenada 2022 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – evento 12

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da I Fiscalização Ordenada, dedicada a verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010 (evento 12), para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-005431.989.22-7

Proc. Principal: TC-004391.989.22-5

Órgão: Prefeitura Municipal de São Carlos

Responsável: Ailton Garcia Ferreira – Prefeito

Em exame: Acompanhamento Especial – Covid-19 (Período: janeiro/2022)

Exercício: 2022

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserto no evento n. 12, traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-007262.989.22-1

Processo Principal: TC-003981.989.22-1 (Processo de Contas 2022)

Órgão: Prefeitura Municipal de Pompeia (CNPJ nº 44.483.444/0001-09)

Responsável: Isabel Cristina Escorre Januário

Em exame: I Fiscalização Ordenada 2022 - Resíduos Sólidos (evento 12)

Com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da I Fiscalização Ordenada de 2022, dedicada à verificação do cumprimento, pelos municípios paulistas, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (evento 12), para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-005122.989.22-1

Proc. Principal: TC-003875.989.22-0

Órgão: Prefeitura Municipal de Iracemópolis

Advogada: Cristiane Ferreira Dequero Martin (OAB/SP nº 294.771)

Responsável: Nelita Cristina Michel Franceschini – Prefeita

Em exame: Acompanhamento Especial – Covid-19 (Período: janeiro e fevereiro/2022)

Exercício: 2022

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserto nos eventos n. 15 e n. 28, traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo Principal: TC-00017551.989.20-5 (Contrato)

Contratante: Prefeitura Municipal de Itapevi (CNPJ nº 46.523.031/0001-28)

Responsáveis pela Contratante: Igor Soares Ebert – Prefeito à época e atual

Ramon Medrano de Almada – Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos à época

Contratada: Sanepav Saneamento Ambiental Ltda. (CNPJ nº 01.141.830/0001-00)

Responsável pela Contratada: Italo Possi – Procurador

Objeto: Contrato nº 87/2020. Prestação de serviços públicos de limpeza urbana, inclusive destinação final dos resíduos. Data final da vigência: 31/10/2021 (incluindo as prorrogações).

Em exame: Acompanhamento de Execução Contratual

Ante o transcurso in albis do termo fixado no evento 62, reitero notificação aos responsáveis em epígrafe para que, observado o derradeiro prazo de 10 (dez) dias, pronunciem-se nos autos.

Publique-se e oficie-se.

Processo: TC-003203.989.20-7

Órgão: Prefeitura Municipal de Capão Bonito

Responsável: Marco Antonio Citadini – Prefeito à época

Matéria: Contas de Prefeitura

Exercício: 2020

Interessado: Julio Fernando Galvão Dias – Prefeito

Em exame: Evento 121: 3º Pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Sr. Marco Antonio Citadini por meio de seu advogado.

Advogados: Telma Aparecida Rostelato (OAB/SP nº 175.331), Luana Maria Rodrigues (OAB/SP nº 344.682), Maria Luiza Araújo Lima (OAB/SP nº 358.310), Carlos Pereira Barbosa Filho (OAB/SP nº 108.524), Carlos Felipe Gonçalves Demetrio (OAB/SP nº 358.638) e outros.

Defiro derradeiros 05 (cinco) dias adicionais para cumprimento do despacho inserido no evento 89.

Processo: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Departamento de Estradas de Rodagem - DER (CNPJ nº 24.052.497/0001-02)

Responsáveis: Paulo César Tagliavini – Superintendente (01/01/2020 a 30/11/2020); e 28/12/2020 a 31/12/2020

Adeslma Maia – Superintendente Substituto (01/12/2020 a 27/12/2020)

Em exame: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Assunto: Pedido de dilação de prazo por 30 (trinta) dias para apresentação de justificativas, formulado pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER (evento 50)

Processo: TC-00004995.989.20-9

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Departamento de Estradas de Rodagem – DER – Unidade Sede – Capital (CNPJ nº 43.052.497/0001-02)

Em exame: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00004996.989.20-8

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Campinas - DR-01 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0001-76)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00004997.989.20-7

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Itapetininga - DR-02 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0002-85)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00004998.989.20-6

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Bauru - DR-03 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0003-66)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00004999.989.20-5

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Araraquã - DR-04 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0004-47)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005000.989.20-2

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Cubatão - DR-05 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0005-28)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005001.989.20-1

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Taubaté - DR-06 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0006-09)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005002.989.20-0

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Assis - DR-07 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0007-90)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005003.989.20-9

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Ribeirão Preto - DR-08 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0008-70)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005004.989.20-8

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de São José do Rio Preto - DR-09 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0009-51)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005005.989.20-7

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional da Grande São Paulo - DR-10 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0010-95)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005006.989.20-6

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Araçatuba - DR-11 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0011-57)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005007.989.20-5

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Presidente Prudente - DR-12 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0013-38)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005008.989.20-4

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Rio Claro - DR-13 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0016-80)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Processo: TC-00005009.989.20-3

Processo principal: TC-00004133.989.20-2 (relatório consolidado)

Órgão: Divisão Regional de Barretos - DR-14 – DER (CNPJ nº 43.052.497/0017-61)

Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020.

Concedo 20 (vinte) dias adicionais para apresentação de justificativas.

Publique-se.

Processo: TC-00016853.989.21-8

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano (CNPJ nº 46.523.056/0001-21)

Responsáveis: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581); José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323).

Responsáveis pela Contratante: Paulo Fumio Tokuzumi – Prefeito à época

Contratada: Radial Transporte Coletivo Ltda. (CNPJ nº 44.335.701/0001-57)

Advogados: Adair Loredo dos Santos (OAB/SP nº 126.940); e Sidneia Pereira Coelho (OAB/SP nº 190.503).

Responsável pela Contratada: Roberto Umada – sócio

Objeto: Contrato de Concessão nº 032/2013. Prestação de serviços públicos de transporte coletivo urbano regular de passageiros do Município de Suzano/SP (processo físico digitalizado TC-018124/026/13).

Em exame: Solicitação de prorrogação de prazo formulada pela Prefeitura de Suzano, por meio de seu Diretor Jurídico José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323) – evento nº 60.

Concedo 10 (dez) dias adicionais para cumprimento do despacho inserido no evento nº 41.

Publique-se.

Processo: TC-007041.989.22-9

Proc. Principal: TC-004358.989.22-6

Órgão: Prefeitura Municipal de Praia Grande

Responsável: Raquel Auxiliadora Chini (Prefeita)

Matéria: Fiscalizações Ordenadas – Contas Municipais

Em exame: I Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos Exercício: 2022

Advogada: Monica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573)

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, notifico a origem para que tome ciência do relatório da 1ª

Fiscalização Ordenada (evento 10), destinada a verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-005497.989.22-8

Proc. Principal: TC-004055.989.22-2

Órgão: Prefeitura Municipal de Sete Barras

Responsável: Dean Alves Martins – Prefeito

Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP 109.013); Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP 247.092); Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP 262.845)

Em exame: Acompanhamento Especial – Covid-19 (Período: fevereiro/2022)

Exercício: 2022

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserto no evento n. 41, traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

PROCESSOS: TC-000615.989.22-5;

TC-000617.989.22-3;

TC-000618.989.22-2

PROC. PRINCIPAL: TC-024111.989.21-3

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Apiaí

RESPONSÁVEIS: Ricardo Rubens de Assis (Ex-Prefeito Interino); Sérgio Victor Borges Barbosa - Prefeito

CONTRATADA: Econopetrol Combustíveis e Serviços Eireli

OBJETO: Aquisição de combustíveis para abastecimento da frota municipal.

EM EXAME: 1º ao 3º Termo de Aditamento ao Contrato n. 42/2021.

Faço aos apontamentos da Fiscalização (eventos n. 15), com fundamento no inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO responsáveis em epígrafe para, observado o prazo de 15 (quinze) dias, adotarem providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentarem justificativas.

No mesmo interregno, faculto à contratada a apresentação de alegações de interesse.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-00003993.989.20-4

Órgão: Prefeitura Municipal de Penápolis (CNPJ nº 46.523.049/0001-20)

Advogado: Márcio José dos Reis Pinto (OAB/SP nº 153.052)

Responsável: Ivan Eid Sammarco – Presidente à época

Advogado: Márcio José dos Reis Pinto (OAB/SP nº 153.052)

Assunto: Contas de Câmara – Exercício de 2020

Ante o transcurso in albis do termo fixado no evento 44, reitero notificação ao Sr. Ivan Eid Sammarco, ex-Presidente da Câmara Municipal de Penápolis, para que, observado o derradeiro prazo de 10 (dez) dias, pronuncie-se nos autos.

Publique-se.

Processo: TC-007161.989.22-0

Proc. Principal: TC-004156.989.22-0

Órgão: Prefeitura Municipal de Marabá Paulista

Responsável: Aparecido Nascimento Sobral (Prefeito)

Matéria: Fiscalizações Ordenadas – Contas Municipais

Em exame: I Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos Exercício: 2022

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, notifico a origem para que tome ciência do relatório da 1ª Fiscalização Ordenada (evento 12), destinada a verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-007067.989.22-8

Processo Principal: TC-004231.989.22-9

Órgão: Prefeitura Municipal de Capaçava

Responsável: Petala Gonçalves Lacerda

Matéria: I Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos Exercício: 2022

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da I Fiscalização Ordenada, dedicada à verificação do cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (evento n. 13), para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-007043.989.22-7

Processo Principal: TC-004364.989.22-8 (Processo de Contas 2022)

Órgão: Prefeitura Municipal de São José dos Campos (CNPJ nº 46.643.466/0001-06)

Responsável: Felício Ramuth

Em exame: I Fiscalização Ordenada 2022 - Resíduos Sólidos (evento 12)

Com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da I Fiscalização Ordenada de 2022, dedicada à verificação do cumprimento, pelos municípios paulistas, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (evento 12), para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2022, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.